

# A controvérsia milenar

## Introdução

### A controvérsia milenar

Um dos enigmas mais persistentes da história do pensamento humano, a relação mente/corpo, tem sido objeto de um renovado interesse a partir dos últimos avanços protagonizados pelas ciências biológicas.

A revolução farmacológica, que emancipou a psiquiatria da condição de pária das ciências médicas, foi o primeiro sinal do que estava por vir. Na seqüência, a notável sofisticação dos instrumentos neurológicos de pesquisa, diagnóstico e intervenção inaugurou uma nova era na exploração do intrincado labirinto cinzento, dando lugar a novas hipóteses sobre a relação entre o substrato neuronal e o que a filosofia e a psicologia designam pelos termos ‘mente’ e ‘psique’.

A fecundação artificial, a clonagem, a decifração do genoma, a terapia genética, a cultura *in vitro* de órgãos para transplante, entre outras inovações, são responsáveis pelo estabelecimento do diálogo interdisciplinar. Uma interlocução inédita tem reunido biólogos, filósofos, ecologistas, políticos, geneticistas, sociólogos, juristas, médicos, psicólogos e neurocientistas.

De fato, a passagem cada vez mais rápida da pesquisa à aplicação prática revoluciona incessantemente o cotidiano e atrai o interesse do leigo. Populariza-se a literatura de divulgação científica, invertendo a tendência que desde o século XVIII expandia o abismo criado pela especialização do conhecimento, um dos efeitos mais notórios- e deplorados – da revolução científica.

O diálogo entre cientistas e humanistas é acolhido com otimismo. As modificações cruciais provocadas pelos últimos avanços da biologia são discutidas abertamente e a sociedade tenta participar (Ongs, sindicatos, conselhos profissionais) das difíceis decisões a serem tomadas, muitas delas verdadeiros dilemas éticos.

O esforço acima sumarizado, ao qual caberia aplicar o adjetivo “democrático”, restringe-se porém à regulamentação das inovações científicas e à interrogação sobre sua incidência no dia a dia. Paralelamente, no campo teórico, ocorre um acirramento na discussão entre os advogados do organicismo e seus adversários. As conquistas extraordinárias das ciências naturais repercutem diretamente na controvérsia milenar e, como seria de se esperar, a favor do reducionismo biológico. A balança tem-se inclinado progressivamente ao peso dos argumentos que apresentam o psicológico como epifenômeno do funcionamento

Uma das marcas diferenciais de nossa época é a importância crucial do fator econômico. Se para os versados em economia política tal constatação não constitui propriamente uma novidade, é inegável que a aplicação do critério custo/benefício conheceu nos últimos anos uma extensão notável, abrangendo áreas até então regidas por concepções menos pragmáticas – arte, esporte, educação e lazer, por exemplo. O planejamento administrativo penetrou em todos esses campos, exigindo reciprocidade entre investimento e taxa de retorno. A saúde pública não poderia ser uma exceção.

Nesse contexto, o debate acerca da relação entre mente e corpo deixou de ser apenas ou principalmente teórico. O alto custo do tratamento de pessoas diagnosticadas como psicóticas e os elevados índices da assim chamada drogadição explicam a destinação de verbas consideráveis para pesquisas que prometem diminuir o rombo no orçamento dos ministérios da saúde e nos institutos de previdência social. Consentaneamente com o prestígio auferido pelas ciências biológicas, os governos e a sociedade têm depositado suas esperanças na bioquímica. As páginas científicas dos jornais e revistas, bem como os meios de comunicação em geral, reverberam tanto a demanda pela cura ou controle da psicose e da drogadição como o interesse dos órgãos financiadores e dos grandes laboratórios em atendê-la. Muito mais do que os próprios psiquiatras, é a indústria farmacêutica que está na vanguarda das investigações, fato revelador.

Trata-se de um estado de coisas que subordina o debate teórico a outras urgências. Oficialmente tem predominado uma atitude eclética que procura desautorizar tanto o estudo da relação mente/corpo como o confronto entre posições teóricas antagônicas, alegando ameaça à cooperação vigente entre as profissões envolvidas na área da saúde mental. Enquanto isso, difunde-se a crença no determinismo orgânico, acarretando uma visão do humano caracterizada pela progressiva limitação da responsabilidade pessoal e antecipadamente resignada com o possível controle do comportamento por meios químicos. Enfim, um *ethos* que Aldous Huxley já retratara com precisão em *Admirável Mundo Novo*.

Nesse sentido, o presente livro trafega na contramão. Primeiramente, por considerar que o estudo da relação mente/corpo não deve ser refém dos acordos profissionais e institucionais e, além disso, por entender que, talvez surpreendentemente, as pesquisas farmacológicas e os próprios dados da clínica psiquiátrica justificam uma concepção diametralmente oposta à sustentada pelos adeptos do organicismo.

—

Até o presente momento, a filosofia, as ciências humanas, a psicologia e mais especificamente a psicanálise têm-se apoiado em argumentos éticos para contestar a avalanche de artigos e livros dedicados a demonstrar a base genética de sentimentos, emoções, crenças, inteligência, humor, características de gênero, traços de caráter, hábitos, etc.

A imagem contemporânea do ser humano reflete a fragmentação resultante dos diferentes espelhos oferecidos por ciências amparadas em postulados heterogêneos, senão conflitantes.

O intercâmbio entre tais concepções é significativamente obstaculizado pela especialização do conhecimento, o que agrava a dificuldade de comunicação entre os interlocutores.

A metáfora mais usada para retratar a situação é a do diálogo de surdos; outra, menos drástica, constata que os adversários teóricos falam línguas diferentes. A tais analogias subjaz a esperança de que a conciliação pode ser alcançada a partir do momento em que for encontrado um código comum.

Na prática, essa solução é obstada pela própria particularização das abordagens. Para superá-la, seria preciso que os neurocientistas estudassem psicanálise e os psicanalistas neurociências. Esse esforço, porém, não necessariamente garante a compatibilização, embora permita melhores condições de interlocução entre as partes litigantes.

Decididamente não se trata de uma situação simples, mas uma boa fogueira sempre tem espaço para mais lenha. A psicossomática, disciplina em franco desenvolvimento, trouxe novos elementos para pensar a relação entre o psíquico e o orgânico a partir da constatação de que os conflitos mentais estão na origem de um grande número de sintomas e quadros patológicos. A úlcera nervosa, condição em que a participação do fator psicológico tem sido reconhecida pela própria medicina alopática, longe de representar o limite máximo da influência exercida pela *res cogitans* sobre a *res extensa*, seria apenas a ponta do iceberg fadado a perturbar a navegação tranqüila do Titanic organicista.

Não é preciso mais para fazer do cenário atual um campo de batalha teórico dos mais interessantes. Tudo leva a crer que os novos achados e as reformulações conceituais são capazes de tirar o sempiterno debate do estado de estagnação a que o equilíbrio entre os argumentos conhecidos de longa data parecia votá-lo. Além dos dados experimentais procedentes da farmacologia e dos progressos da psicossomática, uma reflexão psicanalítica interessada em recuperar o interesse pela relação entre o psiquismo e suas expressões somáticas, presente sobretudo nos primeiros escritos de Freud, pode contribuir para fazer avançar a discussão em pauta.

Em nome dessa possibilidade, empreendeu-se a tarefa de examinar os argumentos organicistas, principalmente aqueles amparados em experiência clínica e observações experimentais, como a (relativa) eficácia dos remédios psiquiátricos, a resposta idiossincrática ao tratamento, os efeitos colaterais, a síndrome de abstinência, a tolerância, a discinesia tardia, o tempo de impregnação da medicação, as intervenções cirúrgicas (lobotomia e leucotomia) e a drogadição experimental em animais de laboratório. Foram estudadas igualmente as hipóteses teóricas das diversas escolas de psicossomática e sua relação com a teoria psicanalítica.

Os capítulos iniciais (O Fantasma e a Máquina, Corpo e Alma) apresentam um panorama geral do estado em que se encontra a reflexão sobre a relação mente/corpo. Interesse especial é concedido às pesquisas sobre o sistema nervoso autônomo, efetuadas nas décadas iniciais do século XX.

Os dois capítulos seguintes são dedicados ao exame detalhado da argumentação organicista com relação à psicose e à drogadição (eficácia da medicação, síndrome de abstinência, tolerância, drogadição experimental em animais). Na seqüência, são apresentadas hipóteses sobre a ação da medicação psiquiátrica e das drogas ditas de adição. Tais hipóteses pretendem descrever, numa perspectiva psicanalítica, a articulação entre psique e soma, levando em conta o mecanismo subjacente às inegáveis modificações fisiológicas presentes na psicose e na auto-intoxicação.

As hipóteses anteriores sobre a relação mente/corpo são estendidas aos fenômenos psicossomáticos no quinto capítulo. Do mesmo consta igualmente uma discussão teórica sobre os pressupostos adotados pelas diversas correntes da psicossomática – tanto as pioneiras como as contemporâneas.

Segue-se um apêndice em que o arcabouço teórico da farmacologia, bem como seus achados experimentais, são relacionados com as críticas ao organicismo. O livro se encerra com uma recapitulação das questões examinadas e da interpretação proposta, apresentando um panorama geral do percurso realizado.

-----

[www.franklingoldgrub.com](http://www.franklingoldgrub.com)